



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**ELISIANE VIEIRA DE AMORIM**

**A FORMAÇÃO DO SURDO PARA AQUISIÇÃO DA CNH: ENTRE AS LEIS E A  
EFETIVAÇÃO PRÁTICA**

**GUARABIRA-PB  
2019**

**ELISIANE VIEIRA DE AMORIM**

**A FORMAÇÃO DO SURDO PARA AQUISIÇÃO DA CNH: ENTRE AS LEIS E A EFETIVAÇÃO PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação e Formação docente.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira.

**GUARABIRA-PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A524f Amorim, Elisiane Vieira de.

A formação do surdo para aquisição da CNH [manuscrito]:  
entre as leis e a efetivação prática / Elisiane Vieira de  
Amorim. - 2019.

57 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Humanidades, 2019.

"Orientação: Profa. Dra. Mônica de Fátima Silva  
Cavalcante Pereira, Coordenação do Curso de Pedagogia -  
CH."

1. Inclusão do Surdo. 2. Acessibilidade. 3. Surdo no  
trânsito. I. Título

21. ed. CDD 370.115

ELISIANE VIEIRA DE AMORIM

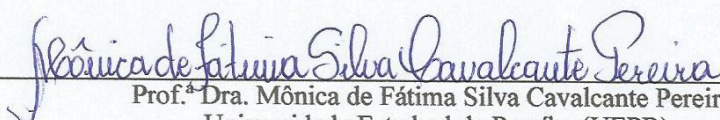
**A FORMAÇÃO DO SURDO PARA AQUISIÇÃO DA CNH: ENTRE AS LEIS E A EFETIVAÇÃO PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

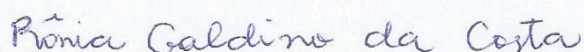
Linha de Pesquisa: Fundamentos da Educação e Formação docente

Aprovada em: 10/06/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira.  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
(Orientadora)



Prof.<sup>a</sup> Esp. Rônia Galdino da Costa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita de Cassia da Rocha Cavalcante  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos os leitores, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pois grandes coisas tem me feito.

A toda a minha família. Em especial ao meu pai, Paulo, a minha mãe, Hosana, a minha irmã, Oziane, aos meus irmãos Petronilo e Petrônio, e aos meus sobrinhos por terem dado apoio no decorrer da minha graduação. Lembro-me de um momento que ficou marcado em minha memória quando, em um final de tarde, estava na produção da pesquisa há mais de 8 horas e fui surpreendida com um café e um sanduíche do meu pai. Ele é maravilhoso!

A minha mãe sou grata por toda compreensão e colaboração. Em todos os mínimos detalhes, ela me deu os subsídios necessários para esse percurso tão exaustivo da caminhada. Seu amor e seus cuidados são o que regam a minha vida.

Ao meu irmão Petronilo, que sempre estava me lembrando da importância da minha graduação e isso me motivava.

Aos meus sobrinhos por estarem sempre disponíveis a um beijo e um abraço, mesmo quando eu precisava deles para ajudar participando em meus trabalhos pedagógicos.

A minha irmã Oziane por ser uma pessoa maravilhosa comigo, sempre estando diretamente e indiretamente em todas as minhas decisões tomadas, sendo minha irmã e amiga.

Ao meu irmão Petrônio, que me inspirou para iniciar esta pesquisa, pois era o sonho dele a aquisição da carteira nacional de habilitação. Através desse grande sonho alheio que tive motivação para fazer parte desse processo que hoje se tornou uma conquista para muitas pessoas surdas na cidade de Guarabira-PB.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB. Em especial à Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita de Cassia da Rocha Cavalcante e à Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica de Fátima Silva Cavalcante Pereira, que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, para meu desenvolvimento acadêmico e minha pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, à coordenação do curso de Pedagogia e, também, aos rapazes da xerox que sempre estavam prontos a nos socorrer. Pela presteza e atendimento de vocês, eu agradeço.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio. Agradeço de modo especial a Edilma que, mais que uma colega de classe, se tornou uma das minhas confidentes para a vida, assim como também a Maricelia, a Laís e a Patrícia por todo apoio nesses mais de cinco anos de curso.

Agradeço, por fim, aos Surdos e seus familiares que, através da procura da carteira nacional de habilitação e sua conseqüente realização, me fizeram acreditar neste desafio que é relatar minha experiência e transformá-la em uma pesquisa.

Ser surdo, Judeu, negro, índio, enfim, ser diferente dos demais configurados como normais na concepção patológica da medicina não mais deve ser motivo de isolamento, exclusão social, estigma, preconceito, mas sim, este é o momento propício para que ocorra uma mudança profunda na visão e costumes dos povos, fazendo com que os diferentes se fundam ao contexto sócio-histórico e se tornem nada mais e nada menos do que sempre foram não só aos olhos da natureza, mas também aos olhos daquilo que todas religiões definem com Deus; iguais. (Patrícia Pinto)



# **A FORMAÇÃO DO SURDO PARA AQUISIÇÃO DA CNH: ENTRE AS LEIS E A EFETIVAÇÃO PRÁTICA**

Elisiane Vieira de Amorim<sup>1</sup>

## **RESUMO**

É importante relatar as dificuldades sobre a formação do Surdo em seu processo de obtenção e renovação da carteira nacional de habilitação e as negligências que ocorrem no processo de ensino-aprendizagem. Trata-se de um processo pedagógico que pode afetar a vida do surdo no trânsito, como também a falta de comunicação e suporte na legislação de trânsito para com os deficientes auditivos e surdos. Nesta perspectiva, o objetivo do trabalho é analisar a formação do surdo na educação do trânsito enquanto elemento contribuinte para a produção da inclusão social, tendo em vista aspectos positivos e negativos apresentados nas autoescolas desde o primeiro contato com o surdo até sua formação. Trata-se de um estudo de caso do tipo etnográfico que envolve levantamento de dados de cunho qualitativo e quantitativo, além de pesquisa de campo com a realização de entrevistas e coleta de materiais empíricos. Usamos como base teórica Honora; Frizanco (2009), Voivodic (2004), Sacks (1989) e as leis 10.098/00, 7.853/89, 6.949/09, 5.296/15, entre outras. Nesta última etapa foram entrevistadas cinco pessoas, dentre elas, três surdos e duas intérpretes que participaram do processo de formação de condutores na autoescola no município de Guarabira-PB. Os resultados apontam que, o processo de formação investigado apresenta sérios comprometimentos nos seguintes aspectos: comunicação, acessibilidade e inclusão. As leis existentes, não refletem os direitos dos surdos e, portanto, a execução prática deve ser acompanhada pelos órgãos competentes para que ocorra de fato a inclusão.

Palavras-chave: Inclusão do Surdo. Acessibilidade. Surdo no trânsito.

---

<sup>1</sup>Aluna de Graduação em Licenciatura de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.  
Email: evamorim.ea@gmail.com

## **ABSTRACT**

It's important to discuss the difficulties regarding the formation of deaf people in the process of obtaining and renewing a driver's license and the negligence that occurs in the teaching-learning process. It is a pedagogical phase that could affect deaf people's lives in traffic, as well as the lack of communication and support in traffic legislation for those who are deaf. In this perspective, the goal of this coursework is to analyze the training of deaf people in traffic education as a contributing element to the production of social inclusion, considering positive and negative aspects apparently presented in driving schools from the first contact with the deaf until their formation. It's an ethnographic case study that involves qualitative and quantitative data collection. Part of the bibliographical survey that was used as theoretical base was the work of a few authors, such as Honora; Frizanco (2009); Voivodic (2004); Sacks (1989), and documentary, based on Laws 10.098/00, 7.853/89, 6.949/09, 5.296/15, among others. It also involves field research, with interviews to collect empirical data. In this last stage, five people were interviewed, among them three deaf and two sign language interpreters, who participated in a driver training process of a driving school at Guarabira-PB. The results show that the investigated training process has serious complications in the following aspects: communication, accessibility and inclusion. The existent laws do not reflect the rights of deaf people, and therefore, this practical implementation must be supervised by the government departments responsible, so that the inclusion can take place.

Keywords: Inclusion of Deaf People. Accessibility. Deaf People in traffic.

## LISTA DE QUADROS

Quadro nº 3 - Quais dificuldades o Surdo enfrenta no seu processo da CNH?.....	34
Quadro nº 4 - Para você existe negligência que afeta significativamente a vida do surdo no trânsito em sua formação na autoescola? .....	34
Quadro nº 5 - As empresas (autoescolas) estão preparadas para atender o Surdo?.....	35
Quadro nº 6 - Em quantas autoescolas você foi para poder conseguir ser aceito?.....	35
Quadro nº 7 - Embora exista o reconhecimento do surdo na legislação, você se sente excluído em sociedade? .....	35
Quadro nº 8 - Como foi sua experiência na autoescola? .....	36
Quadro nº 9 - Quais as contribuições da habilitação para a sua vida? .....	36
Quadro nº 10 - Na sua opinião, a carteira de motorista trouxe resultados satisfatórios para você? .....	36
Quadro nº 11 - Quais as principais mudanças em sua vida após ter recebido a habilitação?.....	37
Quadro nº 12 - Você acha que o Detran-PB precisa melhorar na acessibilidade e inclusão? .....	37
Quadro nº 13 - Em algum momento você acreditou que não conseguiria ser aprovado no processo da carteira nacional de habilitação? .....	38
Quadro nº 14 - Para você como é atuar como interprete de Libras? .....	38
Quadro nº 15 - Quais são os principais desafios encontrados por você enquanto interprete durante o processo de formação do Surdo para a aquisição da CNH?.....	39
Quadro nº 16 - Quais são as principais mudanças observadas por você no processo de aprendizagem dos alunos Surdos durante o curso preparatório para acesso a CNH? .....	40
Quadro nº 17 - Contribuiu de maneira positiva para a sua formação e dos Surdos?.....	40
Quadro nº 18 - Você acha que o órgão público- DETRAN e as autoescolas precisam melhorar na acessibilidade e inclusão? Em que sentido?.....	40
Quadro nº 19 - Que dificuldades precisam ser superadas para que um aluno Surdo possa ter acesso de maneira inclusiva a formação da Carteira Nacional de Habilitação e no trânsito? .....	41

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIL	Central de Interpretação em Libras
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CORDE	Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
GI	Grupo de Interpretes
GS	Grupo de Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PB	Paraíba
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	Situação problema .....	13
1.2	Justificativa .....	14
1.3	Objetivo geral.....	14
1.4	Objetivo específico .....	14
1.5	Metodologia .....	15
2	<b>RELATO DE EXPERIÊNCIA</b> .....	17
3	<b>DESENVOLVIMENTO</b> .....	20
3.1	Resgate histórico .....	20
4	<b>ASPECTOS LEGAIS</b> .....	26
4.1	Acessibilidade .....	26
4.2	Prioridade no atendimento .....	26
4.3	Convenção dos direitos das pessoas com deficiência .....	27
4.4	Acesso à informação .....	27
4.5	No campo educacional.....	27
4.6	Saúde.....	28
4.7	Atendimento ao surdo .....	28
4.8	Código de trânsito brasileiro .....	29
4.8.1	Símbolo Internacional de Surdez .....	30
5	<b>PESQUISA DE CAMPO</b> .....	32
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	43
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	44
	<b>APÊNDICE A –</b> .....	46
	<b>ANEXO A –</b> .....	57

## 1. INTRODUÇÃO

É provável relatar dificuldades sobre a formação do Surdo em seu processo de obtenção e renovação da carteira nacional de habilitação e as negligências que ocorrem no processo de ensino aprendizagem que possam afetar a vida do Surdo no trânsito, como também a falta de comunicação e suporte na legislação de trânsito para com os deficientes auditivos e Surdos.

Alguns suportes para os Surdos, tais como intérprete para mediar o processo, a capacitação profissional para atenderem os surdos, a realização da prova teórica em Libras e recursos de vídeos são sugestões que contribuem significativamente para melhor compreender os conteúdos, angariando uma visível contribuição em seu processo de ensino aprendizagem, compondo para uma formação de deveras qualidade no trânsito. Embora tenhamos, historicamente, progredido em meio aos insucessos enfrentados para o Surdo alcançar a seu favor leis, direitos e deveres, respeito e reconhecimento como pessoa e cidadão cabe, no entanto, ressaltar quão difícil foi a busca, no que concerne à educação e à vida do Surdo. Na obra *Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez* de Honora e Frizanco (2009, p. 15) as autoras falam sobre a história da educação de Surdos no mundo e afirmam que “fazer um retrospecto da história da educação dos Surdos não é uma tarefa das mais fáceis, pois se trata de uma história cheia de idas e vindas, de proibições e permissões.”

### 1.0 SITUAÇÃO - PROBLEMA

Reconhecendo que as barreiras são existentes na comunicação do surdo com o mundo dos ouvintes, a história do Surdo nos mostra e nos traz reflexões sobre sua trajetória em seu processo de aceitação e reconhecimento da língua, cultura e deficiência. Uma das páginas dessa história é a Lei 10.436<sup>2</sup>, decretada pelo Congresso Nacional e Sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que institui a LIBRAS (língua Brasileira de Sinais) como língua oficial dos Surdos em 24 de abril de 2002.

---

<sup>2</sup> Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão que o sistema linguístico de natureza visual-motora. Com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Embora exista o reconhecimento do surdo na legislação, ainda é existente na sociedade a exclusão e o desconhecimento, afetando-o de forma negativa em todos os parâmetros, impedindo seu reconhecimento e plena cidadania nas diversas tarefas e funções que pode alcançar. Neste sentido, busca-se abordar pontos que contribuam para a inclusão do surdo no trânsito, evidenciando que eles têm o direito ao seu espaço ao mesmo tempo em que ampliamos suas perspectivas para novos horizontes onde haja a inclusão, o respeito das pessoas com deficiência e que se leve em consideração, antes de tudo, suas singularidades e participação plena no espaço social. Cabe ressaltar aqui a problemática abordada: é possível que o Surdo tenha conquistado ou venha conquistando seu espaço de inclusão e formação na educação do trânsito?

### **1.1 JUSTIFICATIVA**

A principal origem da nossa pesquisa é a dificuldade e escassez que encontramos acerca de pesquisas realizadas sobre temas relacionados ao processo de formação do Surdo para a conquista da habilitação, visto que, encontramos muitos relatos de marginalização de pessoas surdas e familiares de pessoas surdas que não conseguiram tal conquista. Diante dessa ausência decidimos, portanto, relatar minha experiência a fim de que haja avanços em todos os aspectos da área pesquisada.

### **1.2 OBJETIVO GERAL**

O presente texto tem como objetivo analisar a formação do Surdo na educação do trânsito enquanto elemento contribuinte para a produção da inclusão social, tendo em vista aspectos positivos e negativos aparentemente apresentados nas autoescolas desde o primeiro contato com o surdo até sua formação de condutor de veículo.

### **1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Destacar a importância da Libras e do intérprete na prestação de atendimento ao surdo;
- Identificar os principais recursos para a inclusão do Surdo no trânsito;

- Determinar os aspectos constitutivos do processo de formação

#### 1.4 METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido, a princípio, por meio de uma pesquisa bibliográfica e relato empírico sobre os Surdos, assim como concepções do resgate histórico. Para Marconi e Lakatos (2003, p.183) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”

O segundo passo trata-se de uma pesquisa de campo, de cunho etnográfico, através da qual extraímos dados e informações para ver, saber e compreender os fenômenos e processos que partem de uma realidade em sociedade. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.186) “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.” Em complemento sobre a etnografia Godoy (1995, p. 28) diz:

O trabalho de campo é o coração da pesquisa etnográfica, pois sem um contato intenso e prolongado com a cultura ou grupo em estudo será impossível ao pesquisador descobrir como seu sistema de significados culturais está organizado, como se desenvolveu e influencia o comportamento grupal.

Além disso, utilizamos um estudo de caráter exploratório-descritivo com a finalidade de proporcionar descobertas a partir do estudo das relações dos fenômenos envolvidos no processo de educação do Surdo para aquisição da CNH. De acordo com a afirmação de Richardson (2012, p. 17) afirma:

[...] existe uma quantidade de pesquisas de natureza exploratória, que tentam descobrir relações entre fenômenos. Em muitos casos, os pesquisadores estudam um problema cujos pressupostos teóricos não estão claros ou são difíceis de encontrar. Nessa situação, faz-se uma pesquisa não apenas para conhecer o tipo de relação existente, mas sobretudo para determinar a existência de relação.

A pesquisa bibliográfica enfrentou a escassez de pesquisas na área estudada, o que provocou grandes entraves para encontrar pressupostos teóricos e estudos que abordam a temática, o que provocou a necessidade de aplicar este método.



O estudo feito através de fontes primárias e secundárias nos permite adotar a metodologia da pesquisa de maneira qualitativa e quantitativa, existindo necessidade de uma forma adequada para entender a natureza do fenômeno social através tanto da qualificação quanto da quantificação da coleta de informações. Sobre isso Richardson (2012, p.79) afirma que “no entanto, podemos reconhecer que a forma como se pretende analisar um problema, ou, por assim dizer, o enfoque adotado é que, de fato, exige uma metodologia qualitativa ou quantitativa.” Neste caso, foram utilizados os dois procedimentos, pois na medida em que se busca a qualidade também pode se abordar a quantidade e vice-versa.

No decorrer do processo utilizou-se a entrevista na pesquisa de campo, pois, além de ser um importante instrumento de trabalho em diversos campos da pesquisa com objetivo de alcance de informação do entrevistado, “visando completar informes ou aprofundar aspectos essenciais, sendo até possível surgir a necessidade do emprego de questionários”, como nos diz Richardson (2012, p.85).

O tipo de entrevista aplicado foi padronizado de maneira que se mantém um roteiro prévio com perguntas pré-determinadas através de um formulário para que os questionados respondessem de maneira pessoal e sem interferência do entrevistador. Marconi & Lakatos (2003, p.197) afirmam que o maior motivo da padronização é conseguir respostas às mesmas perguntas feitas aos entrevistados. Ele utiliza-se de Lodi (1974, p.16) para afirmar que tal situação permite "que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas."

As respostas foram registradas através de anotações, gravação de vídeos e gravadores de áudio, para que no momento da análise houvesse fidelidade e veracidade. As perguntas foram abertas, o que deu aos entrevistados uma maior liberdade para exercer sua criticidade nas respostas, além do uso de seu dialeto próprio.

## 2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Aqui, exponho a minha experiência de ser participante no processo de inclusão do Surdo no trânsito na cidade de Guarabira, localizada no estado da Paraíba. As inquietações para esta pesquisa surgiram há anos e foram provocadas, também, pelo desejo de meu irmão, que é surdo, de ter habilitação para dirigir. Como comovia-me ver a angústia que ele sentia em saber dirigir e não poder colocar suas habilidades em prática conforme a lei, assim como os ouvintes. Por anos vi meu pai buscar meios para sanar suas dúvidas em prol desta causa que parecia impossível.

As autoescolas não tinham nenhum suporte, desconheciam e desconversavam quando o assunto era habilitação para uma pessoa surda. Desprezavam o assunto, indagavam se o surdo tinha capacidade para tal habilidade, se a lei permitia, além de fazer promessas sobre analisar o caso para dá um retorno ou uma resposta. Anos se passaram e a aflição dos meus pais aliada ao desejo do meu irmão permanecia viva.

Em muitas situações ele se sentiu excluído, dizia que sentia muito em ter nascido surdo, que era ruim não ouvir, pois o mundo não tinha comunicação com ele, se sentia invisível e a sociedade o enxergava como um ser incapaz. Tive a oportunidade em trabalhar na autoescola onde atuei como instrutora de trânsito e foi desta forma que enxerguei que as coisas poderiam se direcionar a uma busca positiva, tendo a chance de me aproximar da causa e fazer o diferencial. De início não foi fácil, parecia até impossível, mas quando o assunto entrava em pauta na empresa, me fez insistir por diversas vezes.

Depois dessas inúmeras tentativas resolvi conversar com pessoas totalmente conhecedoras da Lei, atuantes no órgão público do Detran da Paraíba, mas cada vez ouvia conversas desanimadoras e burocráticas. Para meu irmão parecia que nem eu mesma tinha empatia com a sua causa. Outros surdos começaram a me procurar querendo saber como fariam para tirar sua CNH (Carteira Nacional de Habilitação) e eu sempre dizia para ter paciência que um dia daria certo, que eu não tinha esquecido e muito menos desistido.

Certa vez conversei com a administração da autoescola em que eu trabalhava e lá me informaram que abraçariam a causa e tentariam buscar a formação dos Surdos através da busca de informações para conhecer os procedimentos do processo de ensino. Pediram que eu juntasse um grupo desses surdos que queria tirar a habilitação, já que sem isso não daria certo. Neste momento notei que não era só empatia pela causa, mas o interesse financeiro e midiático, era a oportunidade da empresa mostrar o diferencial e se beneficiar da causa. Após

alguns meses recebi a notícia do que precisaria para o processo acontecer e me surpreendi, pois o procedimento era mais simples que do que imaginava. Não seria necessário usar o simulador, com exceção de que teria que ter um carro exclusivo, estando adesivado com o símbolo dos Surdos<sup>3</sup>.

Ganhei força depois que os pais de um dos surdos se disponibilizaram de todas as formas para que o processo acontecesse. Foram inscritos quatro Surdos: Petrônio, Vamberto, Erick e Jairo. Embora o processo estivesse para acontecer, ainda tínhamos que enfrentar as barreiras para eles terem uma formação de qualidade e inclusiva.

A busca pelo intérprete foi dificultosa, pois a empresa não o custeava e os surdos não tinham condições de manter até o final de sua formação os interpretes. Em algum momentos que tive a oportunidade de conversar com alguns intérpretes da região os valores eram cobrados por hora, tendo que contratar dois intérpretes para revezar, o que tornaria o custo altíssimo e a consequente a desistência da maior parte dos Surdos. Nesse ínterim, surgiram duas intérpretes que trabalhavam na CIL<sup>4</sup> (Central de Interpretação em Libras) no setor na Casa da Cidadania pelo Governo do Estado da Paraíba na cidade de Guarabira-PB. Elas se disponibilizaram a ajudar com valores mais acessíveis do que outros intérpretes (o que seria apenas uma ajuda de custo para suprir gastos com transportes) e pelo fato, também, de ser em horários fora do seu expediente normal, ou seja, um trabalho extra, tendo em vista que a autoescola é uma empresa privada que não pode ser atendida pela CIL. É importante ressaltar, no entanto, que a prova de legislação realizada pelo Detran de Guarabira-PB foi atendida pela Central de Interpretação em Libras.

As aulas teóricas foram de grande aprendizado tanto para os Surdos quanto para os ouvintes. Nelas aconteciam muitos depoimentos dos ouvintes sobre o processo do surdo no trânsito e depoimentos dos Surdos sobre suas experiências, o que ocasionou uma interação entre todos e contribuiu para o desenvolvimento desse projeto. Aparentemente os Surdos se sentiam aliviados, envolvidos, incluídos no meio social e com participação ativa.

Mesmo após essa conquista da participação de intérpretes, ainda havia dificuldades na escrita, na leitura e em suas interpretações, pois os exercícios e as aulas mediante slides e

---

<sup>3</sup> O símbolo internacional de surdez - criado para identificar as pessoas com deficiência auditiva- Deve ser usado como adesivo nos veículos automotores para que a população veja que o condutor é uma pessoa surda, conforme dispõe a Lei 8.160, de 8 de janeiro de 1991.

<sup>4</sup> “A política de estruturação das Centrais de Interpretação de Libras (CIL) tem o compromisso de disponibilizar profissionais tradutores e intérpretes e guia intérpretes comunitários com a finalidade de assegurar às pessoas surdas usuárias de língua de sinais e surdo cegas o acesso à informação nos serviços públicos.” <https://funad.pb.gov.br/noticias/centrais-de-interpretacao-de-libras-cil>.

vídeos não eram adaptados para a Libras. Concluído o processo das aulas teóricas, o próximo passo foi a prova de legislação de trânsito, a qual provocava aflição e medo da reprovação pelo fato de não terem uma adaptação necessária em sua Língua. Para que tal prova acontecesse, o intérprete teria que traduzir o exame teórico e a autoescola entrar com o pedido ao Órgão do Detran-PB para a liberação desse profissional. A petição foi barrada no dia da prova por um dos funcionários que estava aplicando o teste, impossibilitado o Surdo Vamberto de realizar seu exame naquele dia com o auxílio da intérprete.

A presença da intérprete e sua possibilidade de interpretação para o Surdo não foi suficiente para que deixassem Vamberto realizar a prova, o que configurou uma negação ao seu direito, garantido por Lei, de acessibilidade e inclusão. Com isso, a família de Vamberto recorreu à central do Detran-PB em João Pessoa e conseguiu refazer a prova sem pagar a taxa de reprovação que é cobrada pelo órgão. Desta vez, ao refazer a prova, ele teve a acessibilidade da intérprete de Libras.

Os outros surdos tiveram a mesma assistência. Alguns passaram na primeira vez que fizeram o exame teórico, outros tentaram mais de uma vez por dificuldade de comunicação e entendimento, mas obtiveram êxito depois de algumas tentativas. Essa parte do processo foi a mais difícil para o Surdo. Houve mais facilidade nas aulas práticas e no exame prático, pois os surdos já sabiam dirigir, o que facilitou todo o processo.

Nesta parte do processo não aconteceu a convocação das intérpretes, já que, além dos Surdos terem noção na direção veicular, eu fiz a mediação por ter o básico em Libras e ser a instrutora prática de carro. Durante as aulas práticas de moto os Surdos não tiveram participação do intérprete de Libras e nem do instrutor que tivesse formação no curso básico de Libras, de modo que essas aulas foram por meio da sinalização gestual. As aulas foram de grande aprendizado para mim e acredito que para os Surdos também. Ao finalizar as aulas foi marcado a prova prática e todos os Surdos foram aprovados na primeira vez que realizaram o exame prático. É importante salientar que os examinadores do exame teórico e técnico não tinham conhecimento em Libras, dificultando assim o entendimento entre ambos no processo de comunicação.

### 3 DESENVOLVIMENTO

Atualmente, o Surdo e a Língua brasileira de Sinais- LIBRAS - têm sido bastante citados em provas de vestibulares, em estudos, na educação e em diversos projetos na internet, redes sociais, além da disciplina de Libras em currículos acadêmicos e cursos de extensão. Ainda pouco se sabe sobre a história do Surdo, por isso é importante fazer um resgate histórico trazendo momentos de conhecimento em diversos aspectos sobre o Surdo.

Desde a Antiguidade até os dias de hoje é comum ouvir a expressão “surdo-mudo”, “surdo e mudo”. Este mito ainda permanece em sociedade, transmitindo para comunidade surda uma mensagem preconceituosa e em estereótipo negativo. Essa denominação é incorreta, pois nem todo surdo é necessariamente mudo, já que mudez não está relacionada à surdez.

#### 3.1 RESGATE HISTÓRICO

Com base na obra *Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*, faremos um breve resgate histórico para compreendermos e conhecermos o processo histórico do povo Surdo.

Na antiguidade, até o século XII, os surdos eram privados de se casarem, de participação em testamentos, da formação escolar e da interação no mesmo meio social dos ouvintes. Os gregos e romanos desconsideravam o surdo como ser humano, uma vez que, para eles, precisaria pensar e falar para ser humano. Em meados da Idade Média a Igreja Católica discriminava pessoas com deficiência, desprezando como seres humanos, visto que eles fugiam do padrão da “imagem e semelhança de Deus”, deixando a igreja insatisfeita, principalmente por causa das famílias ricas.

Na Idade Moderna, e tão somente no final da Idade Média, que surgem os primeiros trabalhos no sentido de educar e integrar a criança surda em sociedade. Nesta época, a educação e a vida do Surdo tornam-se mais disponíveis. Até o século XV a medicina e a religião católica usaram os Surdos (assim como todos outros deficientes) para processos de pesquisas, uma vez que a doença era uma forma de castigo. A partir do século XVI surgem os educadores de Surdos com conceitos, métodos diferentes e contribuições no intuito de cooperar para a comunicação do Surdo.

O italiano Grolado Cardano, médico e matemático, teve seu primeiro filho surdo e defendia que a ausência da audição não interferia o Surdo em seu processo de aprendizagem. Ele usou seus próprios métodos para educá-lo.

Outra figura de grande importância na história do alfabeto manual foi Pedro Ponce de Leon (1520-1580), sendo o primeiro professor para surdos junto a um casal de surdos descendente de espanhóis que deram origem a Língua de sinais provando, dessa forma, que o Surdo era capaz de sua autonomia. Leon foi tutor de muitos Surdos, seu método iniciava com o ensino da escrita, através dos objetos para, em seguida, ensinar a fala, começando pelos fonemas criando, assim, o alfabeto manual. Pouco se sabe sobre seu método de ensino, já que a educação dos Surdos se conduzia quase em segredo pelos monges através do voto de silêncio. Seu trabalho ficou conhecido em toda a Europa. Por outro lado, Juan Pablo Bonet, padre espanhol, defendia o uso da oralização e colocou em prática a criação do alfabeto manual, desenhando-o como uma forma de auxiliar em seu método de ensino e fala.

O fato revolucionário no século XVI foi o entendimento de que o pensamento não dependia do som das palavras. Mesmo com tal concepção, alguns estudiosos que se empenharam ao ensino do surdo defendia o paradigma da oralização para o surdo, destacando: Van Helmont, o holandês que defendia a oralização por meio do alfabeto hebraico; Jacob Rodrigues Pereira, educador fluente em línguas de sinais, mas que defendia o método oralizado e se utilizava da língua de sinais para explicações lexicais e algumas conversações entre os alunos, até que aprendessem a comunicação através da fala. Para Johann Conrad Amman o uso da língua de sinais definhava a mente, impedindo o desenvolvimento da fala.

Honora e Frizanco (2009, p.21) afirmam que se “acreditava que na voz residiria o sopro da vida, o espírito de Deus”, por isso era contra o uso da Língua de Sinais, acreditando que seu uso atrofiava a mente, impossibilitando o Surdo de, no futuro, desenvolver a fala por meio do pensamento. No século XVII surgiram os exploradores de todo o processo do ensino para o Surdo, já que as famílias tinham o interesse de que seus filhos aprendessem a falar e escrever, pagando grandes fortunas para que isso acontecesse.

Alguns estudiosos tiraram proveito da situação com o interesse de lhes render lucro e prestígio social, como o caso de Thomas Braiwood que foi educador de surdos inglês e tinha como objetivo fazer o Surdo falar através do seu método com o uso das duas mãos. Seus alunos também aprendiam a ler, escrever, pronunciar as palavras e saber seu significado,

assim como a leitura orofacial. Lucrou muito depois que começou a comercializar seu método, além disso, os que adquirissem seu método teriam que dar metade do ganho para ele, não podendo repassar os passos para outros que se interessassem pelo mesmo, garantindo seu monopólio.

Embora muitos estudiosos defendessem o oralismo, enxergavam o surdo como um ser doente. Supostamente acreditavam que, através do oralismo, existiria a humanização do Surdo, tendo como maior objetivo na educação do Surdo o falar através do canal oral. Nessa instância, o educador religioso Charles – Michel de L’Epée é considerado um dos mais importantes na história da educação do Surdo. Ficou conhecido como o “Pai dos Surdos”, defendeu o uso da língua de sinais, reconhecendo que seria essencial na comunicação entre os Surdos.

Silvana Araújo Silva (2009) em seu artigo *Conhecendo um pouco da história dos Surdos* utiliza-se das ideias de Sacks (1998, p. 30) quando diz que: “E então, associando sinais a figuras e palavras escritas, o abade ensinou-os a ler; e com isso, de um golpe, deu-lhes o acesso aos conhecimentos e a cultura do mundo.” L’Epée aprendeu a língua de sinais francesa, sua preocupação era em virtude dos surdos não terem acesso aos ensinamentos e as práticas religiosas, já que era tidos como seres condenados por não falarem e não escutarem como os demais.

Em continuidade aos seus benefícios, além de dar acessibilidade ao conhecimento a nível escolar e religioso, colocava um intérprete da língua de sinais em sua sala de aula, fato que auxiliava no processo de ensino aprendizagem. Criou, também, a primeira escola pública no mundo para Surdos em Paris (Instituto Nacional para Surdos-Mudos) e publicou uma das suas obras mais importantes com o título *A verdadeira Maneira de Instruir os Surdos-Mudos*. Perceptivelmente, o século XVIII torna-se um período que traz momentos de grandes conquistas e vivências especiais na vida dos Surdos, tais como a liberdade de se expressar através da sua própria língua, aprender, dominar e refletir sobre vários assuntos, inclusive exercer diversas profissões na sociedade.

Na Idade Contemporânea, diante de diversas lutas e conquistas enfrentadas neste século, o Surdo passa por um regresso e continuada resistência de proibição do uso da língua de sinais. Com a morte de L’Epée, Abbé Sicard torna-se seu sucessor e também foi de grande importância nesta educação, especialmente por conta da escritura de dois livros, um sobre a

gramática e outro sobre os métodos de como educar o surdo detalhando, inclusive, sobre como havia ensinado o Surdo Jean Massieu.

Após a morte de Sicard, Jean Massieu – um dos primeiros professores Surdos do mundo - assumiu como diretor o Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Não permaneceu no poder após a disputa de poder, sendo nomeado Jean Marc Itard junto com o diretor administrativo Baron Joseph Marie de Gérando. Eles unem-se e tornam-se grandes adversários da língua de sinais, trazendo grandes dificuldades para a vida do surdo. Itard, por ser médico e cirurgião, tinha o intuito de descobrir as causas da surdez e utilizou boa parte do seu tempo em seus métodos e experiências de forma desumana na tentativa de diminuir e/ou curar a surdez. Para explicar as experiências de Jean Itard, Honora e Frizanco (2009, p.16) utiliza-se da seguinte afirmação:

Itard dedicou grande parte de seu tempo tentando entender quais as causas da surdez. Sua primeira constatação foi a de que a causa dela não era visível. Seus próximos passos foram dissecar cadáveres de Surdos, dar descargas elétricas em seus ouvidos, usar sanguessugas para provocar sangramentos e furar as membranas timpânicas de alunos, fazendo com que um deles fosse levado à morte e outros tivessem fraturas cranianas e infecções devido às suas intervenções.

Ele chegou à conclusão, depois de incansáveis tentativas e dezesseis anos de estudo, de que o Surdo só poderia ser educado através da Língua de Sinais. Apesar deste reconhecimento ainda surge mais uma força a favor do oralismo: Alexander Graham Bell, mais conhecido como o criador do telefone. Sua invenção se deu ao fato de tentar criar um acessório para Surdos. Graham Bell era conhecido como o pior inimigo dos Surdos. Segundo estudos, ele fez parte do Congresso Mundial dos Surdos que aconteceu em Milão votando a favor da oralidade, o que contribuiu para, em 1880, ser extinto o uso da língua de sinais. Neste congresso, os professores Surdos não puderam participar, com exceção de um Surdo que não teve direito ao voto, ficando decidida a proibição do uso da língua.

Em votação no Congresso ficou estabelecido, de acordo com Honora e Frizanco (2009, p. 25) as determinações de que “a fala é incontestavelmente superior aos Sinais e deve ter preferência na educação dos Surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado.” Desta forma a língua de sinais deixou de ser considerada legítima para um uso formal ou de ensino, surtindo um efeito danoso para o surdo por muito tempo. Faço alusão a Sacks (1989), que deixou claro o momento de caos:



A supressão da língua de sinais na década de 1880 teve um efeito danoso para os surdos durante 75 anos, não apenas em sua educação e conquistas acadêmicas, mas também na imagem que tiveram de si mesmos e de toda a comunidade e cultura surdas. A comunidade e cultura surda que efetivamente existiu permaneceu em bolsões isolados — deixou de vigorar o sentimento de outrora, pelo menos o sentimento que se insinuou nos “anos dourados” da década de 1840, de uma comunidade e cultura de abrangência nacional (e até mesmo mundial). (SACKS 1989, p.71)

Mais uma vez, de forma brutal, os Surdos sofrem violação na construção de sua identidade cultural, suportando o fato de serem negados os seus direitos, sua língua, e a viverem no espaço opressor e repressor, onde não eram aceitos e vistos como seres doentes e incapazes, o que resultou, para muitos, na desistência do conhecimento e a dificuldade de comunicação e expressão de suas opiniões.

A proposta do oralismo cada dia ganhava mais força e espaço e no século XX, enquanto a comunidade Surda permanecia oprimida pelo sistema opressor que buscava a “normalização” e o desenvolvimento da fala. Segundo Honora e Frizanco (2009) os Surdos passavam por oito anos de escolarização e tinham como opção a profissão de sapateiro e costureiro, os que não conseguiam se adaptar ao oralismo eram visto como retardados. Após cerca de oitenta anos de proibição do uso de sinais foi criada, por volta de 1970, uma nova metodologia que usava a linguagem oral e sinalizada ao mesmo tempo.

Depois de seguir toda essa trajetória internacional da comunidade Surda percorreremos a caminhada também pela história do povo Surdo no Brasil. No Brasil, a educação dos Surdos inicia com a chegada do educador francês Hernest Huet, trazendo o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais, dando origem a Língua Brasileira de Sinais. Nesta época ainda não havia escolas especiais para educar o Surdo, mas com a manifestação e o apelo que fizera ao Imperador Dom Pedro II é fundada, em 26 de setembro de 1857, o Instituto dos Surdos- Mudos do Rio de Janeiro, atualmente intitulado Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES.

A princípio, o instituto adotava a Língua de Sinais, mas por determinação do Congresso Internacional de Surdos- Mudos (que ocorreu em 1911, em Milão) foi inserido o oralismo puro. Um grande advento da história aconteceu na década de 80, através das pesquisas das professoras Lucinda Ferreira Brito e Eulália Fernandes. Elas trouxeram o Bilinguismo para a educação dos Surdos, sendo este disseminado e aplicado até hoje em algumas escolas que lidam com a surdez. Oficialmente, o Surdo tem como língua materna a

Língua Brasileira de Sinais e como segunda a Língua Portuguesa escrita, entretanto, esse modelo nem sempre acontece nas escolas, dificultando o aprendizado do Surdo.

Vale ressaltar que antes o ensino para os Surdos um processo de integração (não de inclusão) e era parcialmente gratuito, ou seja, não havia uma educação gratuita para todos. Honora e Frizanco (2009, p.27) afirmam que “o instituto tinha vagas para 100 alunos do Brasil todo e somente 30 eram financiados pelo governo, que oferecia educação gratuita. Os alunos tinham de 9 a 14 anos e participavam de oficinas de sapataria, encadernação, pauta e douração.”

*A priori*, a comunidade Surda não tinha reconhecimento como cidadão e nem era integrado na sociedade como os outros cidadãos que eram ouvintes. Para ter algum acesso à informação, aprender e conhecer teria que submeter às práticas ouvintistas, pois não havia direito das pessoas surdas, muito menos acesso à saúde, educação, emprego e às mais simples tarefas.

## 4 ASPECTOS LEGAIS

A história do Surdo apresenta diversas mudanças e avanços ao longo do tempo. Neste sentido, é possível afirmar que a fase da quase total ausência de legislação em amparo ao surdo foi perdendo seu espaço para criação de leis e decretos, possibilitando e reconhecendo a garantia de acesso necessário para acontecer o exercício da cidadania da comunidade surda<sup>5</sup> e do povo surdo<sup>6</sup>. Aqui, destacaremos sucintamente avanços através das leis que concebem direitos às pessoas surdas na sociedade brasileira.

### 4.1 ACESSIBILIDADE

A Lei Nº 10.098/00 de 19 de dezembro de 2000, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, estabelece normas gerais e critérios básicos, garantindo a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

### 4.2 PRIORIDADE NO ATENDIMENTO

A Lei 7.853/89, art.2º, parágrafo único – 10.048/00 art.1º dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social sobre a coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde e institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação de Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

---

<sup>5</sup>Não apenas surdos, pois tem sujeitos ouvintes junto que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham dos mesmos interesses em comuns em um determinado localização.

<sup>6</sup>Grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifico/historiaDaEducacaoDeSurdos/scos/cap8678/1.html>.

### 4.3 CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Decreto Legislativo 186/2008, DECRETO PRESIDENCIAL nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Dentro desta Lei há uma garantia na acessibilidade, promovendo outras apropriações de assistência e apoio a pessoas com deficiência, proporcionando na saúde serviços que as pessoas com deficiência necessitam por causa da deficiência, o que facilita a educação, o aprendizado da Língua de Sinais e a identidade linguística de comunidade surda, garantindo o máximo de desenvolvimento acadêmico e social com comunicação mais adequada ao indivíduo, assim como proíbe, também, a discriminação pautada na deficiência em relação a toda forma de empregabilidade.

### 4.4 ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei 10.048 ART.12 DECRETO 5.296/04 ART.16 § 2º ART.23 oferta garantir que qualquer pessoa com deficiência possa participar de eventos, os quais a organização busca reservar o espaço para melhor acesso por direito assistido.

A Lei 10.098/00 ART.19 – DECRETO nº 5.296/04, ART.53 regulamenta a comunicação no quesito de reprodução de mensagens veiculadas a pessoas surdas e deficientes visuais, a qual precisa da participação do intérprete de Libras ou uso de legendas, descrição e narração oralizada em cenas e imagens.

### 4.5 NO CAMPO EDUCACIONAL

No setor educacional, como mencionado anteriormente, o método proposto para a educação do Surdo é o bilinguismo que traz mudanças radicais e positivas na vida do surdo. Apesar de a adequação estar sendo lenta é possível afirmar que esta e outras leis existentes são efetivadas gradativamente, regendo propostas para a educação de Surdos no Brasil. Através do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2015, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, ART. 22, é decretada a garantia do direito à educação das pessoas Surdas ou com deficiência auditiva, gerando a inclusão destas por meio da

organização de institutos federais de ensino responsáveis pela educação básica. Esta mesma lei assegura a Inclusão da Libras como disciplina curricular, formação do professor de Libras e do Instrutor de Libras, uso e difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas Surdas a Educação, formação do tradutor e Intérprete de Libras- Língua portuguesa.

#### 4.6 SAÚDE

A inclusão do Surdo acontece não tão somente no meio educacional, mas transcende as barreiras que numa época passada eram estabelecidas pela própria medicina. Hoje existem leis que promovem o direito à saúde das pessoas Surdas ou com Deficiência auditiva. Em continuação ao decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, o capítulo VII, art.25, afirma:

A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

Outrora, em uma época que parte do pressuposto da fala como cura para as pessoas com surdez e que não havia limitações para as experiências macabras através dos interesses manifestados que abordamos ao longo do resgate histórico, temos que, na atualidade, os aspectos legais mencionados acima efetivam ações que previnem e desenvolvem programas de saúde auditiva, respeitando a particularidade de cada um, buscando inclui-los no meio social e familiar, o acompanhamento por junta médica e muitos outros aparatos vigentes que sejam executados conforme a lei.

#### 4.7 ATENDIMENTO AO SURDO

Ainda em relação ao Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2015 destaca-se o art. 26 do capítulo VIII que versa sobre a inclusão e a acessibilidade ao Surdo e afirma que esta deve acontecer no poder público, empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta ou indireta, por meio do uso da Libras nos atendimentos. As instituições devem garantir, ainda, que cinco por cento dos funcionários, no mínimo,

sejam capacitados no curso básico em Libras. Em conformidade aos direitos do Surdo no Art.30:

Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2015)

Por isso tudo, o capítulo IX do mesmo Decreto e Lei, citada anteriormente, afirma estas medidas determinadas no que diz respeito a direitos do Surdo.

#### 4.8 CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Desde a aprovação do código de trânsito brasileiro, em 1997, o Congresso Nacional decretou a Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 que foi sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O art.1º, desta mesma lei e parágrafo primeiro, afirma que trânsito é todo espaço utilizado nas vias onde acontece não só o movimento de veículos motorizados e não motorizados, mas, também, pedestres, animais, estando esses só ou em grupos. Ainda é regido por este código o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres em território brasileiro.

Nesta mesma Lei (a 9.503/1997) o capítulo XVI, que trata da habilitação, fala sobre a obtenção da CNH pela primeira vez que, obrigatoriamente, o condutor tem que estar com idade igual ou superior a 18 anos, ser penalmente imputável, saber ler e escrever, possuir registro de identidade e cadastro de pessoa física (CPF). Logo, será submetida a exames que aprovarão ou reprovarão, nesta ordem: Avaliação psicológica, exame médico, curso teórico, exame teórico, curso prático de direção da categoria desejada e exame prático. Nesta perspectiva, encontra-se o parágrafo 4º desta forma: “Quando houver indícios de deficiência física, mental ou de progressividade de doença que possa diminuir a capacidade para conduzir o veículo, o prazo previsto no § 2º poderá ser diminuído por proposta do perito examinador.” (BRASIL, 1997). Assim sendo, qualquer pessoa deficiente tem a capacidade de dirigir, desde que esteja apto pelo médico perito, estando consciente de que, a depender do laudo, poderá ter um prazo igual a 5 anos ou 3 anos para renovação do exame médico e psicológico.

O art.147<sup>a</sup> da mesma lei 9.503/1997 refere-se ao candidato com deficiência auditiva, sendo este coberto pela lei onde certifica a acessibilidade e inclusão: "Ao candidato com deficiência auditiva é assegurado acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em todas as etapas do processo de habilitação." (Brasil, 1997).

Essa mesma lei e capítulo faz menção aos direitos do Surdo no quesito material didático utilizado nas aulas teóricas, intérpretes de Libras e no ato do atendimento e inscrição inicial do processo de formação da CNH, assim como os serviços de intérpretes e as aulas práticas. O parágrafo primeiro afirma que "O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtítulo com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras". No parágrafo segundo: "É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas."

Mesmo com todos esses aparatos nos serviços citados, o governo poderia melhorar a Lei para os atendimentos aos Surdos em repartições privadas para que o Surdo não precise pagar ao intérprete. Nesse caso, as empresas que prestam serviço ao público portador de deficiência deveriam garantir os intérpretes e o governo, em contrapartida, incentivava e beneficiava as empresas através de descontos tributários. Dessa forma, haveria benefícios em ambos os lados.

#### 4.8.1 SÍMBOLO INTERNACIONAL DE SURDEZ

Em relação ao Surdo foram expostos no decorrer desta pesquisa vários direitos legais. Ao conseguir sua permissão para dirigir é necessário que ele siga algumas obrigatoriedades no sentido de obedecer e cumprir deveres como cidadão no trânsito. Para o Surdo existe a Lei nº 8.160 de 08 de janeiro de 1991, sancionada pelo Presidente da República Fernando Collor, que dispõe da caracterização de símbolo, permitindo a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Segundo o art. 1º da referida Lei:

É obrigatória a colocação, de forma visível, do "Símbolo Internacional de Surdez" em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas

portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso. (BRASIL, 1991)

Além disso, exige-se que o “Símbolo Internacional de Surdez” esteja obrigatoriamente visível ao público, sem nenhuma modificação na figura, ficando proibido o uso do símbolo se não for por finalidade de identificação, distinção e indicação do local com serviços habilitados a pessoas deficientes auditivas.

Por fim, consta no parágrafo único da Lei nº 8.160 que “O disposto no caput deste artigo não se aplica à reprodução do símbolo em publicações e outros meios de comunicação relevantes para os interesses do deficiente auditivo, a exemplo de adesivos específicos para veículos por ele conduzidos.” O motorista Surdo faz uso do adesivo “Símbolo Internacional da Surdez” em seu veículo na parte da frente do vidro ou na parte de trás para garantir que policiais e autoridades do trânsito identifiquem que o condutor não ouve, evitando possíveis desentendimentos, como também, para que outros motoristas identifiquem que o motorista ao volante é surdo evitando, desse modo, possíveis aborrecimentos e usos desnecessários da buzina.



## 5 PESQUISA DE CAMPO

As informações obtidas foram através de dois questionários, um com treze perguntas e o outro com nove perguntas, dividido em dois grupos, sendo para os surdos e outro de intérpretes de Libras. O grupo de surdo respondeu a entrevista de treze perguntas abertas e o grupo das intérpretes de Libras respondeu o questionário de nove perguntas abertas, todas relacionadas ao assunto abordado na temática da pesquisa.

A pesquisa foi realizada entre 17 e 23 de maio de 2019, período este disponibilizado pelos entrevistados. Participaram do estudo 5 sujeitos que vivenciaram a experiência prática na educação de surdos desenvolvida nas autoescolas locais, sendo esta experiência prática a maior fonte de informações sobre o que se efetiva na prática. Cabe salientar que inicialmente foi feita uma tentativa de realizar a pesquisa nos cursos de formação das autoescolas em Guarabira-PB, bem como de entrevistar os profissionais devidamente envolvidos em tal processo. No entanto, esta tentativa foi frustrada pelo total desinteresse dos órgãos de formação. Neste sentido, a pesquisa limitou-se a analisar os dados bibliográficos (Leis e artigos disponíveis, mesmo que escassos) e num segundo momento ouvir e coletar dados de vivência de dois grupos, como segue:

- GS: composto por três Surdos, considerados os que se comunicam através da Língua de sinais Libras;
- GI: composto por duas profissionais intérpretes da área de Libras.

Para os dois grupos foi perguntado acerca da acessibilidade e inclusão, como também dos desafios no processo de obtenção da CNH. Para o GS, ainda, foram feitas perguntas que versaram sobre se as autoescolas estão preparadas para atender ao Surdo, quantidade de autoescolas que recusaram a formação dos Surdos, experiência no centro de formação de condutores, contribuições da habilitação, resultados satisfatórios, mudanças na vida dos Surdos, melhoria de acessibilidade no Detran e autoescolas, crença de conseguir aprovação no processo de aquisição da Carteira Nacional de Habilitação, faixa etária e escolarização.

A aplicação da entrevista com os Surdos (GS) foi mediada por um professor Surdo, intérprete de Libras, que fez a tradução da língua portuguesa para Libras e da Libras para a língua portuguesa.

Para os profissionais que atuaram na interpretação de Libras as questões abrangeram temáticas como faixa etária, formação acadêmica, vínculo empregatício, tempo de atuação profissional, formação continuada, instituições trabalhadas, jornada de trabalho, atuação como

Intérprete, desafios durante o processo da CNH, mudanças observadas dos alunos Surdos, contribuição positiva na formação, acessibilidade e inclusão no Detran e autoescola e dificuldades que precisam ser superadas no processo da CNH para os Surdos. As questões utilizadas, bem como as respostas obtidas e a análise do material coletado, serão expostas na sequência.

Os surdos entrevistados serão referidos no decorrer do trabalho como PV, PE e PP. Para as intérpretes usaremos IE e IJ como identificação. A substituição dos nomes por sigla tem o intuito de garantir o anonimato do entrevistado e sigilo da identidade, como também criar um rol de confiança com o entrevistado. De acordo com Marconi&Lakatos (2003, p.199): “Quando o entrevistador consegue estabelecer certa relação de confiança com o entrevistado, pode obter informações que de outra maneira talvez não fossem possíveis.”

As primeiras questões tiveram como objetivo o levantamento de dados sobre os entrevistados para melhor conhecer e delimitar a amostra da pesquisa. Seguem as informações coletadas:

Quadro nº 1 - PERFIL DOS INFORMANTES SEGUNDO SEXO, IDADE E ESCOLARIDADE, 2019

SEXO	QNT (%)	IDADE	QNT (%)	ESCOLARIDADE	QNT (%)
Feminino	40%	20 a 25 anos	40%	Ensino Médio	40%
Masculino	60%	26 a 30 anos	40%	Ensino Técnico	20%
		31 a 35 anos	20%	Ensino Superior completo e Incompleto	40%
TOTAL	100%		100%		100%

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Observa-se no quadro nº 1 os dados sobre sexo, idade e escolaridade. Referente ao sexo 60% dos(as) entrevistados(as) são homens, enquanto 40% são mulheres. A faixa etária dos(as) entrevistados(as) está entre 20 a 35 anos. Para o nível de escolaridade correspondeu que a maior parte está no ensino médio e no ensino superior completo e incompleto.

Quadro nº 2 - PERFIL PROFISSIONAL INTÉRPRETES DE LIBRAS

VÍNCULO EMPREGATÍCIO	QNT (%)	TEMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	QNT (%)	QUANTIDADES DE INSTITUIÇÕES TRABALHADAS	QNT (%)	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	QNT (%)
Efetivo		1 a 5 anos	50%	1 a 3 anos		1 a 30 horas	100%
Contratado	100%	6 a 10 anos	50%	3 a 5 anos	100%	1 a 40 horas	
TOTAL			100%				

Fonte: Questionários aplicados, 2019

O quadro de nº 2 é resultado das informações coletadas nas questões direcionadas ao grupo das intérpretes, abordando características do vínculo empregatício destas profissionais. O tempo de atuação profissional varia de 1 a 10 anos, sendo que metade dos informantes soma o tempo máximo de 5 anos de trabalho. Referente à quantidade de instituições trabalhadas, estes já trabalharam em até 3 empresas. Conforme exposto na tabela foi calculado que o trabalho semanal é de 30 horas.

Para a análise das questões da entrevista adota-se aqui a seguinte sistemática: Exposição da questão na ordem em que ela foi abordada na entrevista, como 2º ponto as respostas dos entrevistados e no 3º a análise das respostas. Segue as análises:

### ENTREVISTA REALIZADA COM O GS (GRUPO DOS SURDOS)

Quadro nº 3 - Quais dificuldades o Surdo enfrenta no seu processo da CNH?

PV	Tive dificuldade no processo de aquisição, na acessibilidade. Foi preciso lutar para ter aceitação do surdo, a barreira da comunicação é também um grande problema. Há várias barreiras.
PE	Quebrar essas barreiras das dificuldades. Teve um processo de luta.
PP	Comunicação.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

A partir da resposta dos três entrevistados foi identificado que existem dificuldades no processo da CNH, havendo várias barreiras a enfrentar. Apesar de estarmos falando em inclusão há bastante tempo (com mais força a partir da Constituição Federal de 1988) e da existência de um aparato legal consistente, percebemos que nem as barreiras arquitetônicas, as de acessibilidade (que, segundo o entrevistado, se refere ao ato de ter acesso, de ser aceito como aluno) e a de comunicação foram quebradas, o que significa um descompasso entre o que dizem os dispositivos legais e a efetivação social.

Quadro nº 4 - Para você existe negligência que afeta significativamente a vida do surdo no trânsito em sua formação na autoescola?

PV	Sim, a questão do interprete para ajudar neste processo.
PE	Sim, falta acessibilidade, também a inclusão, porque tudo fica muito separado e a dificuldade foi menos, devido a contratação do interprete através dos surdos.
PP	Sim, falta a ajuda da empresa.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Verifica-se que existe negligência que afeta a vida do surdo, tais como: Falta de intérprete, de acessibilidade, inclusão e a falta da ajuda de empresa. Para os entrevistados torna-se negligência por se tratar de pura negação de um direito já amplamente difundido.

## Quadro nº 5 - As empresas (autoescolas) estão preparadas para atender o Surdo?

PV	Pronta, Pronta, ainda não. Precisa que o Surdo quebre essa barreira de pedir um interprete, precisa quebrar a barreira da comunicação. As empresas não podem esperar o surdo para resolver isso.
PE	Não estão preparadas.
PP	Não estão preparadas.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Os três afirmam que as empresas não estão prontas para atender ao surdo. O entrevistado PV acrescenta que o problema está justamente na comunicação. Uma volta por Guarabira-PB, acrescida da minha experiência profissional, demonstra que as autoescolas não estão preparadas. Que os cursos de formação, bem como todo funcionamento das instituições, são para ouvintes, sendo o surdo um marginalizado neste processo.

## Quadro nº 6 - Em quantas autoescolas você foi para poder conseguir ser aceito?

PV	Em duas autoescolas. Na segunda vez, o pessoal ajudou, com orientação dos amigos. Mas aconteceu de alguns surdos se deslocarem de suas cidades, muitos vieram para Guarabira porque está como se fosse referência.
PE	Em quatro autoescolas. Foi na cidade de João Pessoa- PB, foi a Patos- PB e não conseguiu.
PP	Duas autoescolas

Fonte: Questionários aplicados, 2019

O entrevistado PV afirma que foi em duas autoescola e na segunda tentativa conseguiu. PE disse que tentou em quatro autoescolas, enquanto PP respondeu ter ido a duas autoescolas, mas esperou muito tempo para ser aceito em alguma. Enfatiza-se aqui que, embora Guarabira-PB possua hoje duas autoescolas, todas muito bem estruturadas a ponto de se configurarem como referência para os municípios circunvizinhos, os surdos são totalmente desconsiderados a ponto de precisarem buscar autoescolas em outros municípios.

## Quadro nº 7 - Embora exista o reconhecimento do surdo na legislação, você se sente excluído em sociedade?

PV	A Lei existe sim, mas acontece que não está sendo amparada, pois sempre depende do surdo correr atrás para ser cumprida.
PE	Apesar de existir Leis, essa exclusão parece uma questão política. Mas parece que melhorou, tem mais aceitação dos ouvintes. Mas ainda há desrespeito e isso não pode, apesar de todos deficientes serem aparados por essa lei para igualdade.
PP	Sim

Fonte: Questionários aplicados, 2019

O entrevistado PV respondeu que existe a lei, mas não se sente amparado, pois o surdo sempre tem que se esforçar para fazer acontecer. Entretanto, PE disse que o surdo se sente excluído porque existe a lei, mas há desrespeito, apesar de estar melhorando. PP, por fim, afirma que se sentiu excluído.

Quadro nº 8 - Como foi sua experiência na autoescola?

PV	Tive dificuldade no processo de adaptação, texto no computador... porque o grande problema é a comunicação. A maioria dos interpretes tinham uma sinalização “básica”, porém a comunicação afetou mais.
PE	Ele não teve um bloqueio em relação a isso. Os professores deram a ajuda para clarear e alavancar o conhecimento, claro com a ajuda do interprete.
PP	Foi mais ou menos, porque os ouvintes conversavam muito, sorriam e eu não entendia.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Diante das respostas é possível afirmar que o atendimento ao surdo precisa urgentemente de alguns suportes, como: Intérprete para mediar o processo, capacitação profissional para atender os surdos, realização da prova teórica em Libras e recursos de vídeos são sugestões que contribuem significativamente para melhor compreender os conteúdos.

Quadro nº 9 - Quais as contribuições da habilitação para a sua vida?

PV	Foi importante porque a habilitação tem a especificação dizendo que é surdo, isso facilita uma abordagem policial se eu for parado no trânsito.
PE	Super importante para minha vida. Sem isso no futuro eu poderia ser prejudicado. Agora eu posso viajar para qualquer lugar tranquilo, posso ser parado pelos policiais. Sem a habilitação eu corria riscos.
PP	Hoje posso dirigir tranquilo, viajar com minha família e quando uma pessoa precisar de alguém para dirigir por causa do cansaço, eu posso ajudar.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Segundo Voivodic (2004, p.25) a “participação é uma necessidade fundamental do ser humano, e o homem só terá possibilidade de total desenvolvimento numa sociedade que permita e facilite sua participação.” Diante da citação, nota-se que, através da CNH, os surdos se veem atuantes e participativos.

Quadro nº 10 - Na sua opinião, a carteira de motorista trouxe resultados satisfatórios para você?

PV	Foi muito bom apesar da luta, tive muita dificuldade de comunicação, mas foi satisfatório a aquisição.
PE	Me sinto vaidoso, quase um profissional, foi muito satisfatório e positivo. Sensação de alívio e tranquilidade.
PP	Foi muito bom.
PP	Foi muito bom.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Apesar das barreiras existentes e das dificuldades enfrentadas houve um sentimento satisfatório para os surdos na aquisição da CNH. Tal fato nos mostra que todo o esforço, mesmo que não haja um devido reconhecimento em cidadania, torna-se muito válido, pois os beneficiados se sentem bem e satisfeitos.

Quadro nº 11 - Quais as principais mudanças em sua vida após ter recebido a habilitação?

PV	Trouxe uma certa liberdade, uma sensação de segurança, de poder viajar, me senti seguro.
PE	Mudou muito a minha vida. Sensação de felicidade, foi muito bom.
PP	Mudança boa, me sinto feliz, seguro e posso viajar para longe.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Nota-se que, depois dos surdos receberem o documento de permissão para dirigir (CNH), houve mudanças positivas em suas vidas. Para nós, aparentemente parece ser um documento que se faz necessário na medida em que precisamos, mediante a uma necessidade ou afirmação de poder. Muitos dos ouvintes têm a habilitação (mesmo não sendo praticantes) e suas vidas permanecem iguais a quando não possuía a CNH. Por outro lado, para esses surdos, essa conquista é de um valor imensurável. De acordo com seus relatos percebe-se que se sentem livres, pois têm o direito de ir e vir, além de se sentirem seguros por estarem dirigindo dentro da lei, habilitados. Sentem-se felizes e realizados, como também autônomos no volante na perspectiva de poder viajar para perto ou longe.

Quadro nº 12 - Você acha que o Detran-PB precisa melhorar na acessibilidade e inclusão?

PV	Precisa melhorar porque por exemplo, eu precisei pagar o interprete por fora para ter essa acessibilidade, precisa que o Detran tenha suporte para haver a comunicação. É importante ter o acesso gratuito para qualquer outro surdo sem a aquisição de um interprete imposto por ele.
PE	Na minha opinião o Detran deveria mudar a questão da acessibilidade, as vezes um simples IPVA que preciso resolver é difícil, porque me comunico através da Libras e lá eles se comunicam gestualmente, não tem interprete.
PP	Precisa melhorar.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

Neste caso, vale salientar que existe o Decreto nº 5.296, de 2004, da Lei nº 10.436/02 que garante e afirma, em seu artigo 26, a acessibilidade e inclusão no poder público, empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta ou indireta, por meio do uso da Libras nos atendimentos. As instituições devem garantir, ainda, que, no mínimo, cinco por cento dos funcionários sejam capacitados no curso básico em Libras. Esta exigência se encontra no parágrafo primeiro da referida lei e artigo. As falas dos entrevistados refletem esta necessidade.

Quadro nº 13 - Em algum momento você acreditou que não conseguiria ser aprovado no processo da carteira nacional de habilitação?

PV	Eu pensava, porque a maioria do surdo não conseguia. Tive uma sensação de medo, de perda. Mas aconteceu esse processo e eu estou muito feliz.
PE	Desacreditei sim, persisti muito, alguns desistem do processo. Tive que lutar constantemente, mas eu consegui.
PP	Acreditava que nunca conseguiria porque as empresas não aceitavam surdos.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

As respostas obtidas conduzem a seguinte leitura: o meio social ainda nega ao surdo os seus direitos básicos e isso coloca entraves que direcionam para uma crença no seu insucesso ou na possibilidade de sucesso. Por isso, relatam sensação de medo, descrença, necessidade de luta constante, não aceitação. São situações que precisam ser imediatamente revistas, pois influenciam na autoestima e autoconfiança dos sujeitos, além de negar a sua cidadania.

Tendo em vista que todas as respostas são de cunho pessoal e individual, foi analisado uma por uma, de modo que algumas foram comparadas com falas de autores e leis que vêm combinar/afirmar/comparar com algumas respostas e se aproximam da fala dos entrevistados.

#### ENTREVISTA REALIZADA COM O GI (GRUPO DAS INTERPRETES)

Quadro nº 14 - Para você como é atuar como interprete de Libras?

IE	Atuar como interprete é como se fosse todos os dias uma descoberta nova, é satisfatório. Você vai está levando a inclusão, passando a comunicação, então traz um sentimento de satisfação.
IJ	Para mim é algo gratificante, é algo que eu amo fazer, não se torna bem um trabalho e sim é algo realmente prazeroso, no entanto, encontra-se algumas dificuldades na questão de acessibilidade, nos ambientes em que a gente chega, isso as vezes dificulta o trabalho, muitas das vezes a compreensão das pessoas.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

É maravilhoso quando encontramos pessoas satisfeitas em suas formações e atuando em áreas que transformam a sensação de trabalho obrigatório em satisfação. É certo que nada disso nos manterá em dia com nossas finanças, se não formos reconhecidos financeiramente, mas é notório que a partir do momento que o profissional trabalha com vigor e há um sentimento de realização pessoal e profissional, juntamente com o reconhecimento do seu trabalho desenvolvido, resultará em uma qualidade positiva para a instituição, sendo uma via de mão dupla. Aparentemente, há todo um encantamento em relação a Libras. Talvez o fato de ser uma língua diferente provoque esta sensação, o que é captado nas falas dos

entrevistados.

Quadro nº 15 - Quais são os principais desafios encontrados por você enquanto interprete durante o processo de formação do Surdo para a aquisição da CNH?

IE	São muitos desafios, entre eles, o primeiro e principal é a contratação do interprete que muitas das vezes a autoescola não quer contratar e sendo assim dificulta muito na aprendizagem do surdo. Geralmente a dificuldade parte mais da administração (donos), do que da autoescola no geral. Deveria abrir contratação para interpretes, facilitando a comunicação e o atendimento.
IJ	Para mim, as interpretações no Detran foram super tranquilas, o exame psicotécnico, o exame de legislação, o mais difícil foi em questão das aulas teóricas da autoescola, onde o interprete não teve a remuneração especifica e adequada para desenvolver o trabalho que estava sendo desenvolvido, porque estávamos atuando em todas as aulas no decorrer do curso, passaram vários professores, enquanto eles se alternavam, os interpretes permaneciam os mesmos e isso para nós era muito cansativo.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

A entrevistada IE relata que o principal desafio é a contratação do intérprete, ressaltando que essa responsabilidade tem que acontecer partindo da autoescola e não dos surdos. Ela afirma que “deveria abrir contratação para interpretes, facilitando a comunicação e o atendimento.” De acordo com a Lei de atendimento ao surdo, os órgãos públicos devem garantir a contratação do intérprete de Libras, mas para as empresas privadas essa lei não se aplica. O que se aplica é que as empresas devem abrir o espaço para a acessibilidade e inclusão, dando a entender que não cabe a empresa a responsabilidade dos honorários do intérprete. Entretanto, isto acaba gerando grandes dificuldades para o surdo. Neste quesito, o governo deve criar melhoras para tal problemática, como também criar meios de incentivos para as empresas, garantindo ao surdo acesso de fato a cidadania e inclusão na empresa e no atendimento.

Para a entrevistada IJ as dificuldades foram em relação à remuneração que não foi adequada, a volatilidade dos professores e a metodologia eram diferentes, o que gerava mais esforço para a interpretação, pois não tinha adaptação na comunicação para os surdos, ou seja, seu trabalho dobrava. Cabe ressaltar que neste primeiro processo da formação da CNH para os surdos houve uma combinação de valores para os surdos pagarem as intérpretes. No entanto, essa remuneração, oferecida pelos surdos mediante suas possibilidades, não era muito significativa em relação ao que se paga no mercado de trabalho (lembrando que a empresa não disponibilizou custear as despesas dos surdos que já eram bastante altas, começando pelo valor da habilitação, retestes, locomoção, dentre outros).



Quadro nº 16 - Quais são as principais mudanças observadas por você no processo de aprendizagem dos alunos Surdos durante o curso preparatório para acesso a CNH?

IE	A principal mudança que é vista é a conversação entre eles, já é uma coisa ampla e esclarecida, ao contrário de antes de começar, as vezes eles não tem noção, pensa que é só pegar o carro e a moto e dirigir, mas não, tem toda regra e legislação, tudo que eles precisam aprender, e ao término de tudo isso, você percebe o quanto evoluíram.
IJ	De certa forma é positiva pois para a comunidade surda de fato é um avanço em relação a inclusão, mas acredito que precisa melhorar ainda mais, se a instituição abraça a causa, ela precisa promover cursos para que os demais funcionários também possam interagir com o surdo.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

De acordo com as respostas das entrevistadas IE e IJ as mudanças são positivas. Houve uma evolução e conscientização na perspectiva de responsabilidades em manusear um veículo. Todavia, ainda precisa melhorar, pois se a instituição abre espaço para tal serviço é preciso garantir meios para que o processo seja realizado com o maior aproveitamento possível, abrindo caminhos para que, a partir de sua boa ação, outras empresas adotem esses e outros serviços de inclusão e acessibilidade.

Quadro nº 17 - Contribuiu de maneira positiva para a sua formação e dos Surdos?

IE	Sim, porque para mim é uma experiência única participar do aprendizado deles, e outra a formação deles, que vemos a dificuldade que eles tem de conseguir tirar sua habilitação, então eles terem conseguido, acho que foi a melhor coisa, era um sonho deles, tem muitos por aí que sonham mas infelizmente as portas são fechadas.
IJ	Sim, com certeza uma nova experiência, ainda não havia trabalhado nesta área e acredito que para os surdos também há um avanço muito grande, tanto para Eles quanto para a instituição que abraçou a causa, e em relação a instituição eu não tenho a fazer nenhum ponto crítico. Mas apenas que melhore, já que abriu as portas para a inclusão, que possa a cada dia adaptar e aperfeiçoar ainda mais para que possa crescer.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

De acordo com ambas as entrevistadas, a experiência da interpretação nesta área foi nova e única, sendo mais um sonho conquistado para os surdos, pois há um sentimento de conquista e avanço de que eles também têm esse direito e que não precisa ser tão dificultoso porque, da mesma forma que ouvintes têm direito, as pessoas surdas também têm. A grande diferença entre eles é uma particularidade que não impede deles viverem igualmente em sociedade.

Quadro nº 18 - Você acha que o órgão público- DETRAN e as autoescolas precisam melhorar na acessibilidade e inclusão? Em que sentido?

IE	Com certeza. O primeiro passo é colocar uma pessoa que faça a comunicação e quem sabe até preparar os
----	---

	próprios funcionários, fazendo assim a inclusão acontecer, porque não adianta dizer que faz a inclusão e não ter essa inclusão, tem que preparar os funcionários, colocar interpretes, melhorar as provas, sendo a legislação em Libras, já que muitas vezes o interprete tem dificuldades com a prova de legislação, como a prova do ENEM que tem a prova em vídeo.
IJ	Sim, eu acredito que se uma instituição promove a inclusão, ela precisa dar subsídios para que de fato essa inclusão exista porque ao mesmo tempo que ela inclui, ela pode excluir o surdo quando não tem acessibilidade por parte dos demais funcionários que atuam na área, ter a acessibilidade apenas do interprete é ótimo só que não é tudo para que de fato o processo de inclusão seja visto de forma positiva, tanto o Detran quanto as autoescolas deveriam ir em busca de formação de cursos profissionalizantes para todos profissionais que atuam dentro das instituições.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

É importante que projetos como esse aconteçam para despertar sobre a necessidade de ferramentas necessárias a fim de promover um serviço de qualidade. De fato, não é achar que abrindo portas fará com que aconteça toda a construção necessária para alavancar o progresso social de incluir e dar o acesso devido, mas promover meios para garantir que aconteça toda a promoção de modo responsável, seguro, eficaz, acessível e justo.

Quadro nº 19 - Que dificuldades precisam ser superadas para que um aluno Surdo possa ter acesso de maneira inclusiva a formação da Carteira Nacional de Habilitação e no trânsito?

IEA	aceitação dos gestores das autoescolas, deveriam abraçar mais a causa, não por visibilidade e dinheiro, mas por humanização e inclusão. No trânsito precisa melhorar a sinalização, os agentes de trânsito, porque os surdos são parados no trânsito e não há comunicação, as vezes eles saem perdendo mesmo tendo o direito, só porque não teve uma comunicação clara.
IJ	Dar importância da promoção de cursos profissionalizantes, cursos básicos em Libras, tanto para instituições que promove quanto para o trânsito, os agentes de trânsito que muitas das vezes vão se comunicar com os surdos, o surdo vai pedir informação, eles vão fazer uma pergunta de uma determinada entrada ou de mesmo um lugar que eles estejam viajando e eles não conseguem ter essa comunicação.

Fonte: Questionários aplicados, 2019

É bem verdade que, se esperarmos que ações e projetos como esse partam de empresas e autoescolas não avançaremos na velocidade que a comunidade surda necessita e merece. Lamentavelmente, ações e oportunidades como essa ainda são quase inexistentes. Por mais que seja uma bela ação vemos como algo marginalizado porque, do contrário, aconteceria um processo de equidade, de cunho legal, como uma formação de uma pessoa ouvinte que, mesmo tendo dificuldades em sua formação, não passa por constrangimentos relacionados aos seus direitos no atendimento, desde as informações para a matrícula do curso até o processo final.

Diante de todas as respostas foram feitas análises breves acerca de todas as respostas

voltadas para a perspectiva de Surdo, intérprete, inclusão, acessibilidade, comunicação, cursos profissionalizantes direcionados à área de Libras nas instituições, pois se percebe que, mesmo existindo a lei que garante tal inclusão e acessibilidade, ainda não há de fato a exequibilidade pelas instituições e na sociedade. Na lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e em seus artigos e parágrafos garantem estas promoções, visto que a falha está nos órgãos públicos, seja federal, estadual, municipal e em instituições públicas e privadas. São muitos os desafios encontrados na comunidade Surda, muitas destas barreiras são encaradas pelo povo surdo, pois se todos não se voltarem a ajudar para uma perspectiva de mudança, avanços e contribuições, a Lei não vigora, o governo não investe e a sociedade continuará com progressos em passos lentos. Com isso, a comunidade surda e o povo surdo continuarão vivendo num processo crítico. Diante de tudo, ressaltamos que há um avanço comparado a todo resgate histórico do Surdo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou um estudo sobre como foi realizada a formação do surdo para a obtenção da carteira de motorista. Além disso, permitiu uma pesquisa de campo para analisar dados mais precisos sobre as etapas do processo que colheu resultados consistentes mediante os fatos apurados. Ao realizar as entrevistas ficou claro que esta é uma das partes mais importantes do estudo, sendo mais complexa e desgastante, porém é a que nos permite chegar à apuração dos resultados.

Através dos questionários com perguntas abertas conseguimos chegar ao denominador que nos possibilitou enxergar a realidade no sentido mais amplo, em relação à perspectiva de cumprimento dos deveres exigidos nos aspectos legais em relação à comunidade surda. Para além, verificou que ainda perdura barreiras como a falta da presença profissional de intérprete de Libras para mediar a comunicação nos ambientes das instituições que prestam serviços para atendimento ao trânsito – Detran, e os centros de formação de condutores – autoescolas, como, também, falhas na acessibilidade e na inclusão dos cidadãos surdos.

É necessário que o governo e os empresários invistam e oportunizem aos profissionais de suas respectivas empresas cursos profissionalizantes para o contato com a língua de sinais e o conhecimento da cultura surda, propiciando atendimento e uma conexão humanizada, visto que o contato com o surdo, linguisticamente falando, no Brasil, é dado através do estudo da LIBRAS. Cabe ressaltar que a língua de sinais não é universal, ou seja, em cada país há sua própria língua de sinais e aqui no Brasil ela deveria ser obrigatória nas instituições formativas para evitar problemas como os que foram aqui elencados.

A acessibilidade comunicacional para os surdos é essencial e só será possível quando compreendermos as peculiaridades do mesmo e respeitarmos sua língua. Com a finalidade de amenizar as barreiras existentes e promover o direito de acesso no trânsito à pessoa surda, almeja-se que os profissionais envolvidos nessa área sejam capacitados, como também haja a oferta da Libras para todos os alunos matriculados nas escolas. Sugere-se que nacionalmente e, principalmente o município de Guarabira – PB, faça acontecer promoções de projetos e ações reeducativas voltadas à inclusão e o acesso ao trânsito para a comunidade surda. Espera-se, por fim, que as instituições em geral, sejam elas públicas, privadas, filantrópicas ou de outra natureza, compreendam o surdo enquanto sujeito de direitos perfeitamente "normal", faltando-lhes apenas a condição auditiva e necessitando assim ter esses direitos respeitados e contemplados. Nesse sentido, a proposta é que haja políticas públicas que condicionem tais instituições a colocarem na prática o que a Lei preconiza.

**REFERÊNCIAS**

Sousa VM, Mascarenhas VD, Antas LOFS, Soares JFR, Andrade WTL. A inclusão de surdos no trânsito in: **REVISTA CEFAC**, João Pessoa - PB, mai/ jun 2016.

**BRASIL. LEI 9.503/1997 (LEI ORDINÁRIA) 23/09/1997**: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ; MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - MT. Brasília, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2019.

**DEC 5.296/2004 (DECRETO DO EXECUTIVO) 02/12/2004**: CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CC-PR. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2019.

**DEC 6.949/2009 (DECRETO DO EXECUTIVO) 25/08/2009**: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. Brasília, 2009. Disponível em: <Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> acesso em:>. Acesso em: 27 abr. 2019.

**DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2019.

**LEI 7.853/1989 (LEI ORDINÁRIA) 24/10/1989**: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ; MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS. Brasília, 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm)>. Acesso em: 22 abr. 2019.

**LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000**: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ. Brasília, 2000. Disponível em: <Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm)> acesso em: >. Acesso em: 19 abr. 2019.

CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE. Samu Natal inclui símbolo internacional de surdez em treinamentos. **COSEMS-RN**. 2016. Disponível em: <<http://www.cosemsrn.org.br/noticias-municipais/samu-natal-inclui-simbolo-internacional-de-surdez-em-treinamentos/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. 3. ed, 1995.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Direitos das Pessoas Surdas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Progressiva Ltda., 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa Social** In: Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry; (et al). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Londrina-PR, 2009. Dissertação (De mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. **A Inclusão escolar de crianças com síndrome de Dawn**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

**APÊNDICE A- ENTREVISTA COM OS SURDOS****A FORMAÇÃO DO SURDO PARA AQUISIÇÃO DA CNH: ENTRE AS LEIS E A EFETIVAÇÃO PRÁTICA**

Nome completo: \_\_\_\_\_

Faixa etária: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_

1. Quais dificuldades o Surdo enfrenta no seu processo da CNH?

\_\_\_\_\_

2. Para você existe negligência que afeta significativamente a vida do surdo no trânsito em sua formação na autoescola?

\_\_\_\_\_

3. As empresas (autoescolas) estão preparadas para atender o Surdo?

\_\_\_\_\_

4. Em quantas autoescolas você foi para poder conseguir ser aceito?

\_\_\_\_\_

5. Embora exista o reconhecimento do surdo na legislação, você se sente excluído em sociedade?

\_\_\_\_\_

6. Como foi sua experiência na autoescola?

\_\_\_\_\_

7. Em seu processo de formação para obtenção da habilitação existiu a acessibilidade, respeito e inclusão?

\_\_\_\_\_

8. Para você qual parte do processo foi mais difícil? Por quê?

\_\_\_\_\_

9. Quais as contribuições da habilitação para a sua vida?

\_\_\_\_\_

10. Em sua opinião, a carteira de motorista trouxe resultados satisfatórios para você?

---

11. Quais as principais mudanças em sua vida após ter recebido a habilitação?

---

12. Você acha que o Detran-PB precisa melhorar na acessibilidade e inclusão ao surdo?

---

13. Em algum momento você acreditou que não conseguiria ser aprovado no processo da carteira nacional de habilitação?

---

Sua contribuição é de grande valia para nossa pesquisa. Obrigada!



**APÊNDICE B — ENTREVISTA COM AS INTERPRETES DE LIBRAS****A FORMAÇÃO DO SURDO PARA AQUISIÇÃO DA CNH: ENTRE AS LEIS E A EFETIVAÇÃO PRÁTICA**

Nome completo: \_\_\_\_\_

Instituição que atua (ou instituições): \_\_\_\_\_

Faixa etária: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_

Vínculo empregatício: ( ) intérprete (a) efetivo ( ) intérprete (a) contratado(a)

Tempo de atuação profissional: \_\_\_\_\_

1. Formação continuada (cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento etc. Caso possua cite-os):

\_\_\_\_\_

2. Em quantas instituições de ensino já trabalhou?

\_\_\_\_\_

3. Como é sua jornada de trabalho? (Trabalha quantas horas semanais)

\_\_\_\_\_

4. Para você como é atuar como intérprete de Libras?

\_\_\_\_\_

5. Quais são os principais desafios encontrados por você enquanto intérprete durante o processo de formação do Surdo para a aquisição da CNH?

\_\_\_\_\_

6. Quais são as principais mudanças observadas por você no processo de aprendizagem dos alunos Surdos durante o curso preparatório para acesso a CNH?

\_\_\_\_\_

7. Contribuiu de maneira positiva para a sua formação e dos Surdos?

\_\_\_\_\_

8. Você acha que o órgão público- DETRAN e as autoescolas precisam melhorar na acessibilidade e inclusão? Em que sentido?

\_\_\_\_\_

9. Que dificuldades precisam ser superadas para que um aluno Surdo possa ter acesso de maneira inclusiva à formação da Carteira Nacional de Habilitação e no trânsito?

\_\_\_\_\_

Sua contribuição é de grande valia para nossa pesquisa. Obrigada!

**APÊNDICE C — NO DIA 18/08/2017 AULA PRÁTICA COM O ALUNO SURDO  
VAMBERTO**



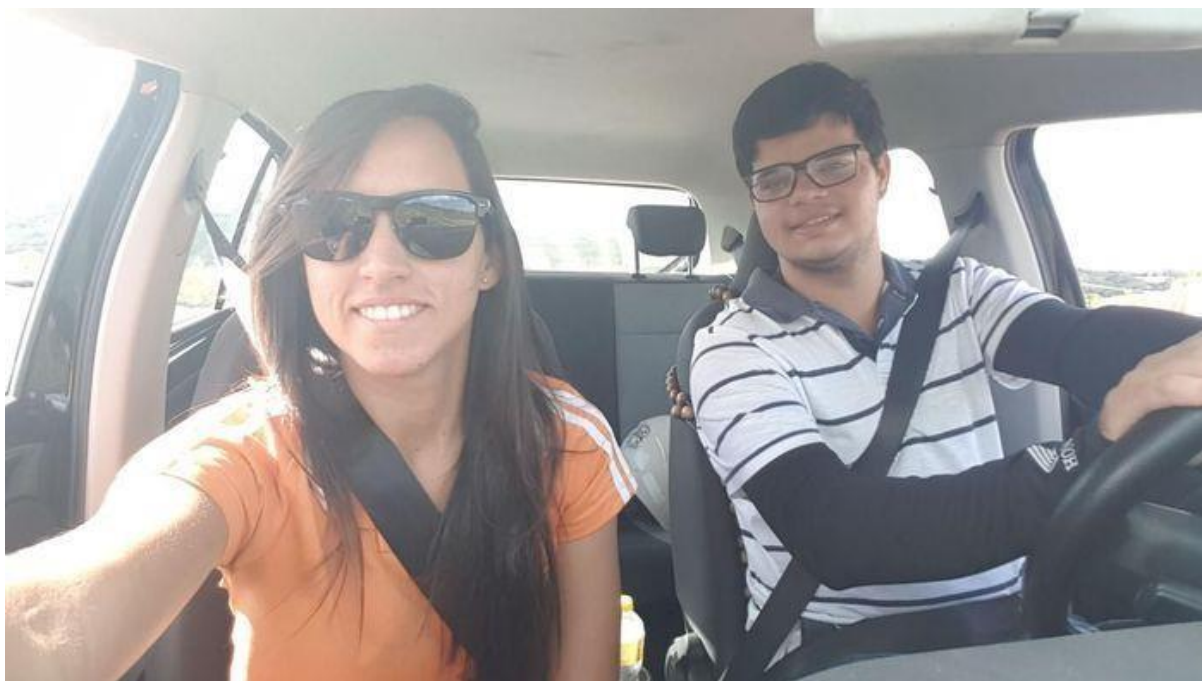
FONTE: arquivo pessoal, 2017.

**APÊNDICE D — NO DIA 15/08/2017 DESCANSANDO COM OS ALUNOS SURDOS  
VAMBERTO E ERICK PARA INICIAR MAIS UMA AULA.**



FONTE: arquivo pessoal, 2017

**APÊNDICE E NO DIA 03/09/2017 COM O ALUNO SURDO ERICK NA AULA PRÁTICA.**



FONTE: arquivo pessoal, 2017

**APÊNDICE F — NO DIA 08/09/2017 AULA PRÁTICA COM O ALUNO SURDO JAIRO COM A COMPANHIA DE VAMBERTO.**



FONTE: arquivo pessoal, 2017



**APÊNDICE G — NO DIA 26/09/2017 APROVAÇÃO DO EXAME PRÁTICO PARA AQUISIÇÃO DA CNH COM OS ALUNOS SURDOS VAMBERTO E ERICK.**



FONTE: arquivo pessoal, 2017



**APÊNDICE H — APÊNDICE H – NO DIA 16/11/2017 APROVAÇÃO DO EXAME PRÁTICO PARA AQUISIÇÃO DA CNH COM O ALUNO SURDO PETRÔNIO.**



FONTE: arquivo pessoal, 2017

**APÊNDICE I — NO DIA 16/11/2017 APROVAÇÃO DO EXAME PRÁTICO PARA AQUISIÇÃO DA CNH COM O ALUNO SURDO JAIRO.**



FONTE: arquivo pessoal, 2017



**ANEXO A — SÍMBOLO INTERNACIONAL DE SURDEZ – LEI Nº 8.160/91**

FONTE: <http://www.cosemsrn.org.br/noticias-municipais/samu-natal-inclui-simbolo-internacional-de-surdez-em-treinamentos/>